

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 4/2022, em que são recorrentes **Danilson Mendes Martins** e **Outros**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 73/2023

### I – Relatório

1. **Danilson Mendes Martins, Paulo Sérgio Pina Teixeira e Edilson de Jesus Vaz Fernandes**, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 129/2021, de 27 de dezembro, proferido pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, que indeferiu a providência de *habeas corpus* n.º 108/2021, vêm, ao abrigo do artigo 20.º da Constituição, interpor recurso de amparo contra aquele acórdão, e, ao mesmo tempo, requerer que seja adotada medida provisória, nos termos dos artigos 11.º e 14.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (Lei do Amparo), tendo o referenciado recurso de amparo sido admitido pelo Acórdão n.º 15/2022, de 13 de abril, cujo relatório se passa a reproduzir integralmente:

*“1. Que se encontram privados do direito à liberdade sobre o corpo desde agosto e setembro de 2019;*

*2. Antes de o Ministério Público ter deduzido acusação, requereu o reexame dos pressupostos da medida de coação de prisão preventiva, bem como o alargamento do prazo de prisão preventiva de quatro para seis meses, tendo esses pedidos sido deferidos;*

*3. Por despacho de acusação, de 30 de dezembro de 2029, o Ministério Público imputou-lhes a prática dos crimes de tráfico agravado de estupefacientes, p.p. pelo artigo 3º nº 1, 8º al. c), f), g) e f), associação e adesão a associação criminosa, artigo 11º nº 1 e 2, todos da Lei nº 78/IV/93, de 12 de julho; lavagem de capital agravado, p.p. pelos artigos 39º nº 1 e 40º als. a) e b), ambos da Lei nº 38/VIII/2009, de 20 de abril, republicado pela Lei*

*nº 120/VIII/2016, de 24 de março; Crimes de armas, p.p. pelos artigos 3º, 90º al. a) e b), com referência ao quadro I, nº 1, al. b), nº 3 al. a), da Lei nº 31/VIII/2013, de 22 de maio.*

*4. Tendo sido notificados da acusação, mas não se conformando com a imputação que lhes foi dirigida, pediram que fosse aberta a fase de ACP. O requerimento foi admitido e a audiência foi marcada para o dia 24 de março de 2020;*

*5. Entretanto, antes de o 2º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia ter admitido o requerimento de ACP, no dia 05 de fevereiro de 2020, declarou o processo como sendo de especial complexidade e, tendo consequentemente, prorrogado o prazo de prisão preventiva de 8 (oito) para 12 (doze) meses.*

*6. Após a realização de diligências cabíveis durante essa fase processual, foram pronunciados pelos crimes de que foram acusados pelo Ministério Público;*

*7. Já na fase de julgado, mas antes de ter sido designada a data para a realização da audiência de discussão e julgamento, o processo, novamente foi declarado como sendo de especial complexidade, tendo o prazo de prisão preventiva para essa fase sido elevado de 14 (catorze) para 18 (dezoito) meses;*

*8. A audiência e discussão do julgamento foi realizada entre os dias 24 de novembro e 11 de dezembro, finda a qual os recorrentes foram condenados como autores dos crimes pelos quais tinham sido pronunciados;*

*9. Não se conformando com o acórdão proferido pelo Tribunal de 1ª Instância, dele recorreram para o Tribunal da Relação de Sotavento que, no seu acórdão nº 135/2021, de 29 de julho de 2021, concedeu provimento parcial ao recurso;*

*10. Uma vez mais, inconformados com a decisão do Tribunal de 2ª Instância, que também havia declarado a especial complexidade do processo, o que fez com que o prazo de prisão preventiva tivesse sido aumentado de 20 para 24 meses, interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça;*

*11. Acontece que, contrariamente ao que sucedeu nas primeira e segunda instâncias, o Supremo Tribunal de Justiça não emitiu qualquer despacho no sentido de declarar a*

*especial complexidade do processo, visando a extensão do prazo de prisão preventiva de 26 (vinte e seis) para 30 (meses);*

*12. Por conseguinte, contando o prazo desde o momento em que foram detidos até à data em que impetraram o habeas corpus tinha decorrido mais de 26 (vinte e seis) meses, sem que o prazo de prisão preventiva relativamente a essa fase tivesse sido prorrogado nem a decisão condenatória transitada em julgado;*

*13. Convictos de que a situação de prisão preventiva em que se encontravam tornara-se ilegal, requerem que fossem colocados em liberdade enquanto aguardavam a decisão sobre o recurso interposto, por meio da providência de habeas corpus, a qual foi indeferida com base na seguinte fundamentação:*

*“a) Assim, sempre que ocorra o alargamento de determinado prazo para determinada fase ou momento processual tal significa que se deixou de estar perante os prazos normais previstos no n.º 1 do artigo em causa, razão porque essa declaração de especial complexidade vai necessariamente repercutir-se nas fases ou momentos processuais seguintes”*

*b) Defender o contrário, isto é, que a declaração de especial complexidade não tem qualquer repercussão nas fases processuais seguintes sendo necessária a reprodução dessa declaração, de complexidade, em cada uma das ulteriores fases do processo, conduziria necessariamente a uma redução dos prazos nessas fases processuais subsequentes, caso não ocorra essa declaração, o que na verdade não terá sido pretendido pelo legislador”.*

*c) Assim e em conclusão, tendo havido o alargamento do prazo previsto na al. d) do n.º 1 do art.º 279º do CPP, de 20 para 24 meses, operou-se automaticamente o alargamento do prazo da alínea seguinte, al. e) do mesmo n.º 1, para a condenação com trânsito em julgado, de 26 meses para 30 meses, pelo que não se mostra excedido o prazo de prisão preventiva, não existindo qualquer ilegalidade grosseira ou situação de abuso de poder justificativa da providência requerida”.*

*d) Com os fundamentos expostos, acórdão os Juízes desta Secção em indeferir a providência requerida por falta de fundamento bastante, nos termos do art.º 20º n.º 4, al. d) do CPP”.*

*14. O acórdão recorrido violou os seus direitos fundamentais à liberdade sobre o corpo, artigos 29.º, 30.º e 31.º; à presunção de inocência, artigo 35.º e o direito de ser julgado no mais curto prazo possível, artigo 22.º, todos da Constituição da República de Cabo Verde.*

*15. Pedem ainda que sejam adotadas medidas provisórias que serão apreciadas mais adiante.*

*16. Terminam o seu arrazoado da seguinte forma:*

*Termos em que, com o duto suprimento de V. Ex., deve o ressente recurso:*

*A) Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do art.º 20º, nº 1 e 2, da Constituição da República de Cabo Verde;*

*B) Ser aplicado a medida provisória e em consequência restituir à liberdade, artigos 11º e 14º, da Lei do Amparo*

*C) Ser julgado procedente e, consequentemente, revogado o acórdão nº 129/2021, de 27/12/21, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências;*

*D) Restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, (liberdade, presunção de inocência, ser julgado no mais curto prazo possível);*

*E) Ser oficiado ao Supremo Tribunal de Justiça para juntar aos presentes autos a certidão de todo o processo de providência de Habeas Corpus nº 108/2021”*

2. Admitido o recurso e distribuído o processo ao Relator, este ordenou que fosse notificada a entidade recorrida nos termos e para os efeitos do artigo 18.º, n.º 2, da Lei de Amparo.

3. Decorrido o prazo sem que a entidade recorrida tivesse respondido, ordenou-se que o processo fosse com vista ao Ministério Público para emitir o Parecer a que se refere o artigo 20.º da Lei de Amparo.

4. Sua Excelência o Senhor Procurador Geral da República emitiu o duto Parecer cujo conteúdo essencial relevante para o presente desafio se reproduz:

“[...]

### *III. Das medidas necessárias*

*Vista a sequência de factos relevantes que se pode extrair da análise dos autos e da cópia dos de providência de habeas corpus nº 108/2021, em apenso com linha, e tendo em conta os termos da admissão do recurso de amparo constitucional fixado pelo acórdão nº 15/2022 de 13 de Abril, a questão de fundo, que os presentes autos de recurso de amparo constitucional parecem suscitar, é saber se fere algum direito, liberdade ou garantia fundamental reconhecido na Constituição como sendo susceptível de amparo (mormente os suscitados pelo recorrente), a manutenção dos recorrentes em prisão preventiva a 14 de Janeiro de 2022, dada da interposição do presente recurso de amparo, quando, os dados agora revelam com clareza, estava ainda pendente a apreciação no STJ do recurso interposto contra o acórdão nº 135/021, de 29 de julho do Tribunal da Relação de Sotavento.*

*Com efeito, no acórdão, se consignou que em razão da declaração judicial de especial complexidade do processo, com alargamento do prazo previsto na alínea d) do nº 1 do artigo 279º do CPP, de 20 para 24 meses, “operou-se automaticamente o alargamento do prazo da alínea seguinte, a alª e) do mesmo nº 1, para a condenação com trânsito em julgado, de 26 de meses para 30 meses (...)”, sufragando assim a interpretação segundo a qual fases sucessivas do processo, implicando, por isso, o alargamento automático dos prazos legais de prisão preventiva a que fica sujeito o arguido.*

*Por força do previsto no nº 4 do artigo 31º da Constituição, a prisão preventiva está sujeita a prazos estabelecidos na lei, não podendo, em caso algum, ser superior a trinta e seis meses, contados a partir da data da detenção ou captura, nos termos da lei.*

*E é no artigo 279º do Código de Processo Penal (CPP) que se encontram as disposições legais sobre os prazos legais relativos à sujeição à prisão preventiva.*

*E, para o caso dos autos, são relevantes as disposições das alíneas d) e e) do nº 1 e nº 2 do artigo 279º do CPP.*

*O artigo nº 1 alínea d) e e) do Código de Processo Penal tem o seguinte teor:*

*“1. A prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o seu início, tiverem decorrido:*

*d) vinte meses sem que tenha havido condenação em segunda instância;*

*e) Vinte e seis meses, sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado.*

*Do nº 2 do mesmo artigo decorre que os prazos previstos nas alíneas d) e e) podem sem elevados, respectivamente, até vinte e quatro e trinta meses, quando o processo tiver por objecto crime punível com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a oito anos.*

*A argumentação plasmada no acórdão recorrido, no qual se sustenta a interpretação do efeito automático e extensivo de declaração judicial de especial complexidade do processo parece ancorar-se na ideia de que a subtração daquele efeito automático redundaria na “redução dos prazos [nas] fases processuais subsequentes” e que tal situação não teria sido pretendida pelo legislador.*

*Não parece, entretanto, que as notas que se possam colher dos elementos literais e sistemáticos dos nºs 1, 2 e 3 do artigo 279º e dos nºs 1 e 6 do artigo 452º-A do CPP justifiquem, convincentemente, o bem fundado da interpretação adoptada no acórdão recorrido. Com efeito, se no nº 1 do artigo 279º são estabelecidos ope legis os marcos de extinção da prisão preventiva, a construção da norma no nº 2 mostra que o legislador se contentou em fixar limites temporais inultrapassáveis, dentro dos quais, por despacho judicial “particularmente motivado”, e tendo em conta os pressupostos materiais previsto na norma, se deve estabelecer o máximo de prisão preventiva até cada fase ou momento da marcha processual penal. Com efeito, o uso da expressão “poderão ser elevados” (...) até seis, doze, dezoito vinte e quatro e trinta meses...” parecem estatuir uma discricionariedade controlada na elevação dos prazos consoante o momento processual, tendo em conta o dever de particular motivação desse despacho. Assim, a letra da norma citada parece indicar que os prazos de prisão preventiva podem ser elevados para marco temporal inferior aos limites máximos previstos pelo legislador. E os elementos sistemáticos que decorrem do dever de especial fundamentação na escolha da medida de coacção de prisão preventiva, o dever de reexame da subsistência dos seus pressupostos (ver artigos 290º nºs 1, 2 e 3; 262º nºs 2, 3 e 4 e 276º, 294º nº 1 todos do CPP) assim como do dever de “particular motivação” do despacho de elevação do prazo de prisão preventiva, mas também do elementos relativo ao objecto de recurso fixado*

*pelas conclusões do recurso, tal como está previsto no artigo 452º-A do CPP, parecem contrariar o entendimento do efeito automático e extensivo às fase processuais seguintes do despacho judicial de declaração de especial complexidade do processo. Em se tratando da complexidade do processo na fase de recurso, é mister ter presente que o recorte de afinação que o thema decidendum sofre nessa fase, o que repercute, naturalmente na complexidade real do processo, tendo em conta, seja a depuração do objecto pelo decurso processual, seja a expectável maior despreza do julgador para identificar o “essencial” e adoptar a decisão justa.*

*Por outro lado, a imposição constitucional e legal da natureza cautelar e de “ultima ratio” da prisão preventiva, e a salvaguarda da independência do juiz que aprecia a especial complexidade do processo, e tendo em conta os efeitos imediatos na elevação de prazo de prisão preventiva na respectiva fase processual, parecem sustentar também o entendimento de que a complexidade ou não do processo deve ser aferida em cada fase processual. A ideia constitucional de que a função jurisdicional visa, antes de mais, a protecção dos direitos, liberdades e garantias fundamentais contra eventuais arbítrios, também parece favorecer um entendimento a favor de um efeito não automático e extensivo da declaração judicial de especial complexidade do processo penal sobre fases subsequentes.*

*É de concluir que diversos elementos de interpretação, sejam os literais sejam os sistemáticos e orgânicos, parecem confluír para uma interpretação diversa daquela adoptada no acórdão nº 129/2021 do Supremo Tribunal de Justiça, nos autos de providência de habeas corpus nº 198/2021, ainda que se possa identificar nele um critério pragmático que facilite e dê alguma comodidade ao exercício de julgar os casos em cujos processos tenha havido anterior declaração de especial complexidade do processo.*

*Assim, parece necessário, tendo presente a tramitação dada ao processo-crime até a data da interposição da providência de Habeas corpus no qual foi proferido o acórdão recorrido, apreciar se o entendimento sufragado no acórdão recorrido não pôs em causa o direito dos recorrentes à liberdade, em violação do disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 279º do CPP.*

*Do exposto, somos de parecer que.*

- a) *O recurso de amparo preenche os pressupostos de admissibilidade;*
- b) *Nada há a promover sobre a medida provisória decretada.*
- c) *Mostra-se necessário, em vista à estabilização da aplicação das normas legais vigentes quanto aos limites temporais da manutenção da prisão preventiva, providências que clarifiquem a conformidade constitucional da interpretação do artigo 279º do CPP, segundo a qual o despacho judicial de declaração de especial complexidade do processo tem efeito de elevação automática dos prazos de prisão preventiva para os máximos de cada fase processual, e extensivos às fases processuais subsequentes.*

5. Em 02 de maio de 2023, o projeto de acórdão foi depositado na Secretaria e o respectivo julgamento realizou-se no dia 05 de maio do mesmo mês e ano.

## **II – Fundamentação**

6. Ao decidir o mérito do recurso de amparo, tem sido prática nesta Corte verificar que condutas os recorrentes imputam à entidade recorrida, averiguar se a(s) conduta(s) atribuídas ao órgão *a quo* foram efetivamente adotadas por este, atestar se houve ou não violação de direitos, liberdades ou garantias de que os impugnantes se arrogam a titularidade, e, eventualmente, remeter o processo à Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 25.º da Lei do Amparo.

7. No caso em apreço, o ato praticado pela entidade recorrida traduziu-se na prolação do Acórdão n.º 129/2021, de 27 de dezembro, o qual indeferiu a providência de *habeas corpus* n.º 108/202 em que se tinha pedido a libertação dos recorrentes, porque estes entendiam que desde a data em que foram detidos até ao dia em que requereram a referida providência já tinham decorrido mais de 26 meses, sem que o Supremo Tribunal de Justiça tivesse declarado o processo de especial complexidade, nem prorrogado o prazo de prisão preventiva relativamente a essa fase e no âmbito de um processo cuja decisão condenatória ainda não tinha transitado em julgado, em violação ao disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 279.º do CPP.

As linhas de força da fundamentação do acórdão recorrido resumem-se no seguinte:



*“Atendendo a estes factos, importa aferir se se verifica ou não o fundamento alegado que, como já foi referido, e o de que se acha esgotado o prazo de pp, isto é, que a prisão se mantém para além dos “prazos fixados na lei ou por decisão judicial”, como sustentam os requerentes no seu pedido formulado no qual tomam posição acerca da questão de saber se se deve entender que a declaração de especial complexidade numa fase tem ou não influência na fase ou fases processuais seguintes.*

*Atendendo aos ditames da hermenêutica jurídica vertidos artº 9º do Código Civil (CC), importa aferir qual terá sido o propósito do legislador processual penal ao estabelecer os prazos que consagrou no artº 279º do CPP.*

*Pensamos que a verdadeira razão de ser de tais prazos está em o legislador ter pretendido fixar o prazo que considerou como razoável e curial para cada uma das fases ou momentos do processo crime, visando tanto a celeridade como a disciplina do processo.*

*Fê-lo o legislador de duas formas: a) estabelecendo os prazos, que considerou os normais, para cada uma das fases ou momentos processuais constantes do nº 1 do artigo 279º CPP; e, b) prevendo prazos que considerou alargados, verificando-se os pressupostos no nº 2 do mesmo artigo.*

*Assim, sempre que ocorra o alargamento de determinado prazo para determinada fase ou momento processual tal significa que se deixou de estar perante os prazos normais previstos no nº 1 do artigo em causa, razão porque essa declaração de especial complexidade vai necessariamente repercutir-se nas fases ou momentos processuais seguintes.*

*(...)*

*Assim, uma vez declarada a especial complexidade em determinada fase processual, com trânsito em julgado formal, passa a existir uma presunção de manutenção dessa complexidade do processo até a final, com o que se previne o absurdo de o processo ora ser considerado complexo ora não.*

*Defender o contrário, isto é, que a declaração de especial complexidade não tem qualquer repercussão nas fases processuais seguintes sendo necessária a reprodução*

*dessa declaração, de complexidade, em cada uma das ulteriores fases do processo, conduziria necessariamente a uma redução dos prazos nessas fases processuais subsequentes, caso não ocorra essa declaração, o que na verdade não terá sido pretendido pelo legislador.*

*Como resulta do n.º 2 do mencionado art.º 9.º CC, não pode o intérprete considerar “o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal ainda que imperfeitamente expresso.”*

*Assim e em conclusão, tendo havido o alargamento do prazo previsto na al. d) do n.º 1 do art.º 279.º do CPP, de 20 para 24 meses, operou-se automaticamente o alargamento do prazo da alínea seguinte, al. e) do mesmo n.º 1, para a condenação com trânsito em julgado, de 26 meses para 30 meses, pelo que não se mostra excedido o prazo de prisão preventiva, não existindo qualquer ilegalidade grosseira ou situação de abuso de poder justificativa da providência requerida.*

*Com os fundamentos expostos, acórdão os Juízes desta Secção em indeferir a providência requerida por falta de fundamento bastante, nos termos do art.º 20.º n.º 4, al. d) do CPP”.*

Verifica-se, pois, que, para o efeito do presente desafio constitucional, os impetrantes atribuem ao Venerando Supremo Tribunal de Justiça a conduta que se traduziu no indeferimento da providência de *habeas corpus*, com base no entendimento de que a prorrogação do prazo de prisão preventiva numa fase processual produz efeitos de alargamento automático em relação aos prazos previstos para as fases subsequentes.

8. Identificada a conduta concreta que se atribuiu ao órgão judicial recorrido, importa, neste momento, aferir se efetivamente a conduta acima identificada foi empreendida pela entidade recorrida que alegadamente violou a garantia de não se ser mantido em prisão preventiva além do prazo de vinte e seis meses, sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado.

Para tanto mostra-se pertinente elencar os factos que podem ser dados como assentes à data em que o acórdão recorrido foi proferido:

Os recorrentes foram detidos desde agosto e setembro de 2019;

Antes de o Ministério Público ter deduzido acusação, requereu o reexame dos pressupostos da medida de coação de prisão preventiva, bem como o alargamento do prazo de prisão preventiva de quatro para seis meses, tendo esses pedidos sido deferidos;

O Segundo Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia, por seu turno, antes de ter admitido o requerimento de ACP, no dia 05 de fevereiro de 2020, declarou o processo como sendo de especial complexidade, tendo consequentemente, prorrogado o prazo de prisão preventiva de 8 (oito) para 12 (doze) meses.

Já na fase seguinte, mas antes de ter sido designada a data para a realização da audiência de discussão e julgamento, o processo, foi, mais uma vez, declarado como sendo de especial complexidade, tendo o prazo de prisão preventiva para essa fase sido elevado de 14 (catorze) para 18 (dezoito) meses;

Não se conformando com o acórdão proferido pelo Tribunal de 1ª Instância, recorreram para o Tribunal da Relação de Sotavento, o qual,

também considerou que se tratava de processo de especial complexidade, tendo, por conseguinte, prorrogado o prazo de prisão preventiva de 20 para 24 meses;

Não se conformando com a decisão do Tribunal da Relação de Sotavento, interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça. Este alto tribunal, porém, não declarou o processo como de especial complexidade.

O Acórdão n.º 129/2021, que indeferiu a providência de habeas corpus n.º 108/202, foi prolatado pelo Venerando Supremo Tribunal de Justiça em 27 de dezembro de 2021.

9. Como se sabe, este recurso de amparo foi interposto na sequência do indeferimento de *habeas corpus*, providência extraordinária e célere destinada a restituir o direito à liberdade sobre o corpo em situações de manifesta violação desse direito fundamental. Conforme jurisprudência desta Corte, em se tratando de decisão proferida no âmbito da providência de *habeas corpus*, só se pode atribuir ao órgão judicial recorrido a violação desse direito, se não obstante a exiguidade do prazo de cinco dias de que dispõe para

decidir, ainda assim era possível proferir uma decisão diferente e que fosse mais protetora ou compatível com os direitos fundamentais.

A questão em apreço não era nova.

Apesar de existir divergências interpretativas entre os juízes que compõem o Supremo Tribunal de Justiça sobre a declaração da especial complexidade do processo e os seus efeitos em relação à prorrogação dos prazos de prisão preventiva fixados para cada fase processual, o acórdão recorrido adotou a tese que nos parece ser mais restritiva para o direito em causa, não obstante, dispor de alguma margem para extrair do n.º3 do artigo 279.º do CPP um sentido que lhe permitisse dar guarida à pretensão dos recorrentes.

Tem sido firme a posição desta Corte no sentido de que quando um regime jurídico infraconstitucional permite mais do que uma interpretação, o sentido normativo a atribuir-lhe deve ser o que melhor protege o direito, liberdade e garantia que lhe está subjacente.

No caso em apreço, além da questão não ser nova, o Tribunal Constitucional já tinha deixado assente no Acórdão nº 55/2021, de 06 de dezembro de 2021, decidido por maioria de votos, publicado na I Série do Boletim Oficial, nº 5, de 17 de janeiro de 2022, que tal como asseverou o Ministério Público na douda promoção que ofereceu ao Tribunal Constitucional, *“a tese da prorrogação automática de todos os prazos subsequentes à declaração de especial complexidade, defendida pelo Supremo Tribunal de Justiça no Acórdão recorrido, parece de um ponto de vista sistemático pouco harmónico com os cuidados que o legislador tomou no sentido de garantir que a manutenção da medida de coação de prisão preventiva só se justificaria enquanto os pressupostos que lhe deram causa subsistissem, daí a obrigar-se o juiz do tribunal onde estiver a correr a tramitação a revê-la de três em três meses como determina o número 1 do artigo 294º de CPP”*. E, que, por esse motivo, *“a elevação dos prazos de prisão preventiva está associada pela lei a juízos de balanceamento que dependem de uma avaliação caso a caso de elementos dinâmicos dentro de um processo penal que considera os seus diversos momentos à luz de aspetos fácticos e jurídicos que determinam objetivamente a complexidade ou não do processo. Prendem-se com dificuldades especiais de investigação e/ou de julgamento, considerando o número de arguidos ou de ofendidos; a sofisticação do crime; a*

*familiaridade com o delito; a dispersão, repetição e encadeamento dos factos; a deslocalização dos atos; a intensidade e pluralidade das intervenções processuais ou das questões jurídicas suscitadas, entre outras.”*

Mais adiante, nesse mesmo acórdão nº 55/2021, em jeito de conclusão, ficara registado o seguinte: *“permitir o alargamento automático em todas as fases do processo até ao máximo permitido, sem a respetiva avaliação da complexidade do processo em cada fase, só porque o processo assim foi declarado numa das fases processuais, parece vulnerar de forma desproporcional a garantia de não ser mantido em prisão preventiva além dos prazos legais. Caso se queira impor tal efeito restritivo adicional, o legislador ordinário deveria, no mínimo, tê-lo feito de forma clara, na medida em que estaria a restringir um direito, liberdade e garantia. Diga-se de forma inconstitucional. Mas, não o fazendo expressamente, de tal sorte a assumir a autoria do vício, não podem, por ser vedado pelo nº 3 do artigo 17 da Constituição da República, os tribunais enquanto órgãos de aplicação do direito a casos concretos, empreender interpretações que limitem os direitos, liberdades e garantias, tendo espaço hermenêutico para promover interpretação mais benigna.” De acordo com jurisprudência maioritária desta Corte Constitucional, a elevação do prazo de prisão preventiva numa determinada fase processual, em virtude da especial complexidade do processo, não exime o juiz que preside uma outra fase de proferir um despacho fundamentado no sentido de se manter a complexidade e necessidade de manter a prorrogação do prazo.”*

Tendo em conta os factos dados como assentes e a orientação já consolidada do Tribunal Constitucional no sentido de que a elevação do prazo de prisão preventiva numa determinada fase processual, em virtude da especial complexidade do processo, não exime o juiz que preside uma outra fase de proferir um despacho fundamentado no sentido de se manter a complexidade e necessidade de manter ou não a prorrogação do prazo de prisão preventiva, e, considerando que à data em que se proferiu o aresto que indeferiu o pedido de *habeas corpus*, a decisão condenatória não tinha transitado em julgado, porquanto o Acórdão n.º 17/2022, de 24 de fevereiro, através do qual o Supremo Tribunal de Justiça confirmara o Acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento na parte em que condenara os ora recorrentes Paulo Sérgio Pina Teixeira e Danilson Mendes Martins e Edilson de Jesus Vaz a pena de prisão fora objeto de um outro recurso de amparo; considerando que a posição maioritária desta Corte é no sentido de que a interposição do

recurso de amparo do Acórdão n.º 17/2022, de 24 de fevereiro impediu que o mesmo transitasse em julgado, não se pode deixar de reconhecer que foi a entidade recorrida que, com a conduta que empreendeu, violou a garantia de não se ser mantido em prisão preventiva além do prazo de vinte e seis meses, sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado.

10. Verificada a violação da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva além dos vinte e seis meses imputada ao tribunal recorrido, o passo seguinte é determinar o amparo adequado a remediar a supramencionada violação.

O Tribunal Constitucional, em sede da medida provisória, já tinha determinado que o órgão recorrido promovesse a soltura imediata dos recorrentes como medida de conservação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva para além dos prazos previstos na lei.

Acontece, porém, que, mesmo antes da decretação da medida provisória, os impetrantes já tinham sido colocados em liberdade ao abrigo do Acórdão n.º 21/2022, de 09 de março, proferido pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça no âmbito da Providência de *Habeas Corpus* n.º 11/2022, conforme o Ofício n.º 208/STJ/2022, de 22 de abril, constante de fls. 85 destes autos.

Portanto, neste momento, o amparo que se afigura adequado para a situação dos recorrentes é o reconhecimento da violação da garantia a que se refere o parágrafo anterior.

### **III - Decisão**

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros, reunidos em Plenário, decidem que:

a) Que o órgão judicial recorrido ao indeferir o pedido de *habeas corpus* numa situação em que os recorrentes já se encontravam há mais de vinte e seis meses em prisão preventiva, por considerar que tendo ocorrido declaração de especial complexidade do processo em fase anterior o prazo havia se prorrogado para trinta meses, violou a garantia de não se ser mantido em prisão preventiva além dos prazos legalmente estabelecidos;

b) A declaração de violação da garantia a que se refere o parágrafo anterior é o amparo adequado que se lhes concede, já que os recorrentes se encontram em liberdade desde 2022.

Registe, notifique e publique.

Praia, 09 de maio de 2023

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 09 de maio de 2023.

O Secretário,

*João Borges*